

28 MAI 1986

CORREIO BRASILEIRO

Opção prioritária

DF - economia

28 MAI 1986

O dado estatístico é de extrema força de impacto. O Distrito Federal apresenta um índice de desemprego que já atinge a trinta por cento da sua população economicamente ativa, marginalizando do mercado de trabalho perto de 230 mil pessoas, aptas para o desempenho de atividade remunerada. Os levantamentos são de responsabilidade da Codeplan definindo um inquietante elenco de fatores distorcidos e projetando um quadro social fortemente deteriorado pela indigência de sua realidade. Mais do que tudo contraditório nas antinomias de seu determinismo.

São avaliações relativas ao final do ano de 1984, refletindo uma situação que não sofreu modificações em suas causas eficientes, tendo em vista persistirem as razões básicas. A conjuntura econômica do Distrito Federal mantém-se em linearidade, sem aportes significativos nos diversos setores de sua ordenação.

As estimativas revelam um contingente superior a oitocentas mil pessoas em condição de trabalhar das quais apenas perto de 560 mil estejam ligadas a uma ocupação com vínculo empregatício. A primeira e grande contradição mostra a população do Plano Piloto bloqueando cerca de trinta por cento das oportunidades de trabalho, muito embora sua população economicamente ativa represente apenas pouco mais de um quinto da massa demográfica total do Distrito Federal. Da força de trabalho do DF 98 por cento dos habitantes do Plano Piloto em condição de trabalhar estão empregados.

Na contrapartida dessa aparente exuberância uma amostragem constrangedora aponta que na Ceilândia o quadro é adverso e

sombrio em seu perfil sociológico. Dos 210 mil componentes da população economicamente ativa, pouco mais do que 105 mil estão empregados. Emerge dessa posição chocante a constatação de uma taxa de cinquenta por cento de desemprego, com o subemprego e a desocupação plena abrindo as portas da adversidade e da marginalização para milhares de criaturas.

Também em termos salariais os desequilíbrios são explosivos. Enquando a renda *per capita* do Plano Piloto atinge perto de 2,2 mil dólares anuais, para as populações de Ceilândia ela não fecha a conta em US\$ 500, colocando-se em posição de igualdade com os mais expressivos bolsões de pobreza do mundo. Na mesma linha de miséria encontram-se as populações do Gama, Sobradinho e Brazlândia. Para os habitantes do Núcleo Bandeirante e de Taguatinga esse valor cresce um pouco, atingindo nesta última a US\$ 850,00. Guará chega a encostar nos mil dólares, renda considerada mínima para os problemas da sobrevivência.

O indicador que assusta pela sua distorção diz respeito à situação do mercado de trabalho. A indústria da construção civil, que já respondeu por uma demanda de sessenta por cento da mão-de-obra local, nos dias que correm não chega a absorver sete por cento. A inconsistência de meios para reverter semelhante estado de coisas revela o grau de dificuldades com que se defronta o Governo do Distrito Federal para programar uma ação integrada capaz de consolidar um plano efetivo de soerguimento socioeconômico.

Acentue-se para fins de ampliar esses complicadores, a estrutura do mercado de trabalho que, à ex-

ceção das funções públicas, tem sua maior demanda localizada no setor terciário — comércio, transportes e comunicações —, relevando as atividades de prestação de serviço, cuja estruturação reclama pouca especialização e por isso mesmo remuneram em baixos níveis, com tetos máximos de até três salários mínimos. Registre-se, por fim, a revelação mais abrangente: apenas 5,8 por cento da população economicamente ativa do DF percebe remuneração acima de dez salários mínimos.

Todas essas referências dizem respeito aos núcleos populacionais organizados. São desconhecidas as pesquisas relativas às invasões e às áreas faveladas, onde necessariamente se revelam mais críticas e mais contundentes as condições sociais e econômicas das respectivas populações e bem mais complexas e difíceis as soluções duradouras para contorná-las.

As angústias da capital da República não devem ser diferentes das que se constatam nas grandes áreas metropolitanas do País, onde a marginalidade gera um subproduto social de indistigável gravidade e exigente, por excelência, de cuidados imediatos e urgentes com a finalidade de equacioná-los.

Por isso mesmo crescem de importância as diretrizes sociais impostas pela Nova República, ordenando uma ação direta em favor das classes menos favorecidas e até aqui carentes de amparo concreto. São milhões de criaturas que necessitam de assistência e precisam voltar a confiar e a ter esperanças. Um desafio à altura de um governo que, reiteradamente, tem feito da assistência aos necessitados a sua opção prioritária.